

DANIEL CERQUEIRA PINTO

Participação da direita católica no Golpe Civil-Militar de 1964.

Projeto apresentado na disciplina Seminário Monográfico como requisito parcial para conclusão do Curso de Especialização em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Erico Huff Junior

Juiz de Fora

2017

RESUMO: Golpe Civil-Militar de 1964 e a Ditadura Militar foram dois acontecimentos muito importantes na história recente no Brasil. No contexto do início dos anos de 1960, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros e posse de João Goulart, notaram-se intensas conspirações de militares, políticos, dos setores produtivos contra o Presidente Goulart, incluindo propaganda política variada com capitais gerenciados pelo IPES e pelo IBAD visando à desestabilização final do governo. O que, para alguns militares golpistas, seria apenas a queda do Presidente e a entrega do poder a outro governante civil, acabou por constituir a permanência dos militares por vinte e um anos na Presidência do Brasil, tendo seu fim em 1985. Ao passar os anos, notou-se que diversas explicações surgiram para os acontecimentos. Surgiram ainda pesquisas que retratam o comportamento da Igreja Católica no contexto histórico que definiu o processo de fortalecimento do movimento que levou o país à supressão da democracia.

A fé e a política sempre tiveram caminhando próximas, fazendo com por diversos momentos uma influenciasse a decisão da outra e vice-versa. O que nos atrai no momento é a compreensão de como uma das principais instituições formadoras de opinião no Brasil, a Igreja Católica, atuou, agiu diante dos fatos que antecederam o golpe e o próprio processo de constituição da ditadura militar.

PALAVRAS-CHAVES: Política, Religião, Fé, Catolicismo, Golpe Civil-Militar

1. DELIMITAÇÃO DO OBJETO

O presente trabalho visa planejar uma pesquisa a fim de possibilitar outra visão de como se deu a participação do “setor conservador da Igreja Católica brasileira” na formação da mentalidade golpista e condução do golpe civil-militar de 1964 junto às demais classes que atuaram neste período.

O fato continua sendo objeto de vários estudos na Ciência da Religião e na História, justificados pela importância do acontecimento na história recente do Brasil. Ao longo desse tempo a historiografia buscou entender o que de fato aconteceu em 1964, bem como os antecedentes e a conjuntura que se instalou após a queda do Governo de João Goulart em 31 de março de 1964, pelos militares. Hoje já se sabe que a fé foi fator mobilizador de grande importância nesta época, sobretudo pelos movimentos católicos como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas naquele ano.

No presente trabalho buscaremos entender as razões que levaram à participação relevante da Igreja Católica no Brasil, como funcionaram os elementos ideológicos influenciadores das falas do clero, os posicionamentos pessoais frente ao golpe de 1964 e as posturas assumidas nos momentos pré-golpe e pós-golpe. Uma parte da hierarquia da Igreja Católica apoiou o Golpe de Estado em 31 de março de 1964, também chamado pelos os militares, de “Revolução de 1964”, contra o Presidente João Goulart (1961-1964), organizando as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que foram amplamente noticiadas e tiveram grande impacto juntamente com a Campanha Anticomunista, expressando a conivência da maior parte do clero com a ordem política que se estabelecia. (DHBB, 2001).

As pesquisas acadêmicas, tanto na Ciência da Religião e na História, têm relacionado os acontecimentos de 1964, quando da eclosão do Golpe Civil-Militar e a consequente instauração da Ditadura Militar, buscando sua compreensão por diversas vertentes. O viés político bastante requisitado para explicar e compreender os que se passou naquele período não é por si suficiente, ou seja, não podemos considerá-lo como a mola propulsora dos fatos. Por outro lado se busca a explicação pela via econômica e estrutural. A sociedade civil foi bastante articulada neste período e agiu em conjunto com os militares. (DREIFUSS, 1981). Mas reside aqui a questão de como a religião buscou para si reivindicar participação nos rumos do Golpe, levando em consideração seus posicionamentos de fé, os quais se viam ameaçados. Para o norte-americano Kenneth Serbin (2001), a Igreja Católica se colocava guardiã dos valores morais da família. Ao abordar a aliança da Igreja com os militares na deposição de João Goulart no Brasil, afirmou:

“De um lado, as Forças Armadas depuseram Jango para evitar o que acreditavam ser a comunização do Brasil. A Revolução rapidamente expandiu a luta contra o comunismo, incluindo todos os opositores do status quo brasileiro. De outro, a maioria dos bispos intuitivamente apoiou o golpe como medida anticomunista.” (SERBIN, 2001)

Max Weber (20024) assegura não existir realidade que não tenha sido tratada pelas corporações políticas. Elas influíram no religioso e em suas organizações numa medida capaz de tornar o religioso como algo concretamente político. O movimento contrário também é verdadeiro. A política também se vê em situações de sacralização de seus princípios e fins ao ponto justificar a existência de suas instituições.

No Brasil, mesmo a após a Proclamação da República em 1889, o Catolicismo e a República caminharam de maneira recorrente. Em vários momentos a política recorria à religião como base justificadora e vice-versa. Mesmo num período secularizado a religião por vezes penetrou nas decisões do Estado, o que se confunde muitas como religião ou política. A Igreja Católica brasileira, a partir do fim do padroado, deixa de ser uma igreja nacional, um departamento de Estado do Império, e ganha autonomia de organização orientando-se a partir de Roma. Contudo, mesmo após a sua excepcional reorganização e crescimento com a importação de quadros estrangeiros durante as primeiras décadas de República, ela não conseguiu superar a cultura laical do catolicismo brasileiro. A Igreja se reorganiza no formato de “estadualização”, onde incorpora características do próprio estado nacional como forma de se fortalecer no período da República Velha após a inesperada situação que modificou o status do episcopado brasileiro devido a sua nova situação jurídica frente ao Estado, perdendo seus privilégios decorrentes da união Estado/Igreja por quatro séculos. Para Miceli,

“cumpre sublinhar o sentido de oportunidade política com que as instâncias e os quadros decisórios da organização se amoldaram às diversas conjunturas regionais por ocasião da escolha dos integrantes do episcopado [...] O intento de atrair ao corpo episcopal filhos de famílias ilustres da classe dirigente [...] os educados às custas do patrocínio eclesiástico [...] descendentes de linhagens tradicionais cujas famílias se encontravam em estágio acentuado de declínio social e material e aquele poucos prelados recrutados nas ordens religiosas [...] a serviço das políticas pontificas de romanização (Miceli, 1985, p. 81-82).

Para Thales de Azevedo (2002) é importante para compreender os interesses que envolvem estes estamentos no Brasil e o esforço da hierarquia eclesiástica para reestruturar a

Igreja e se manter influente mesmo após o Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890.¹ Mas como se deu a continuidade da influência do catolicismo mesmo após sua separação formal do Estado? Entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 subprefeituras apostólicas, para as quais foram designadas, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos, cabendo respectivamente ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados de circunscrições e prelados. (MICELI, 1988). Ainda segundo o próprio Miceli, não há questionamentos sobre os princípios e diretrizes político-institucionais que condicionaram este processo histórico da ocupação territorial pelo catolicismo. Para o historiador Boris Fausto (2006), a maioria do clero e no conjunto da Igreja Católica no Brasil, notou-se uma progressiva reaproximação em relação ao regime e a sua ideologia liberal, bem como relações de prestígio.

A partir dos anos 1950, no contexto da Guerra Fria, setores majoritários da Igreja estavam mais afeitos a reputar ao comunismo a condição de destruidor da humanidade, inimigo da civilização e da fé cristã. Dessa forma, como no setor militar, crescia cada vez mais o sentimento anticomunista e a busca por aniquilar o comunismo. (MOTTA 2002). No mesmo tempo, setores católicos agiam em conjunto com a esquerda através das pastorais. Michael Löwy explica a preocupação do Vaticano com uma possível influência do catolicismo latino-americano com o comunismo:

Durante meio século, o marxismo foi proibido (sob o epíteto caricatural de “comunismo ateu”) como o inimigo mais terrível e traiçoeiro da fé cristã. A excomunhão decretada pelo Papa Pio XII depois da Segunda Guerra Mundial foi apenas a sanção canônica de uma luta implacável e obsessiva que construiu um muro de hostilidade na América Latina e pelo mundo afora os féis da Igreja e os movimentos políticos orientados para o marxismo. (LÖWY, 2000)

O governo diocesano é uma divisão no governo da Igreja, que delega poderes locais aos bispos, os quais se manifestam sobre posições públicas opostas sobre as questões de natureza política da nação. Neste cenário pré-1964 destacou o bispo Dom Geraldo Sigaud de posição mais conservadora. Em decorrência disso, ocorreram alguns posicionamentos da Igreja. Entre os dias 19 a 21 de dezembro de 1961 aconteceu a primeira reunião dos bispos de Minas Gerais. Ela contou com a presença de 21 bispos. Ao fim deste encontro foi produzido

¹ Decreto do Governo Provisório Republicano consolidando a separação Estado/Igreja no Brasil.

um documento que analisava a situação política e social com a renúncia de Jânio Quadros. Havia muita insegurança e inquietação. Tal documento propunha a mediação da fé religiosa nas questões políticas e manifesta o medo do comunismo que considerava estar rondando o Brasil que, no entanto, o repelia. Juntaram-se a este movimento outros como a reunião de 15 de janeiro de 1962, com os bispos em Goiânia – GO e de 14 de junho de 1962, quando a CNBB se posiciona sobre o clamor existente contra a crise que causava sofrimento e miséria, acusando o comunismo se beneficiar da situação.

A religião é sem dúvidas um lugar de maior adensamento de produção de seguranças e esperanças diante das contingências das lides políticas. Para Peter Berger (1985), o Catolicismo reunia então certa condição de solução destas contingências pela relação com o político e o sagrado. Nos anos antecedentes a 1964, observou os agentes políticos, incluindo os próprios militares, associaram ao universo de sentidos próprios da política os sentidos próprios da religião de modos a se defenderem do caos, por um lado, e, por outro, legitimarem suas posições propriamente política. Podemos exemplificar a fala do general Carlos Luiz Guedes, que comandava a Infantaria Divisionária/4, em Belo Horizonte e era subordinado ao general Olympio Mourão Filho, considerado o condutor das primeiras tropas rumo ao Rio de Janeiro para depor João Goulart em 1º de abril de 1964. (PINTO, 2015). No livro de suas memórias, Guedes interpreta vários momentos em vivia como ação de Deus, o qual orientou a derrubada do governo de Goulart. “A poderosa mão de Deus” e “Novamente a mão de Deus” é citada pelo general, o qual se reportou diversas vezes a Mourão acreditando que eles estavam “nas mãos de Deus” (GUEDES, 1979. p. 213). Até mesmo o cabo Anselmo, da Marinha do Brasil e responsável por um motim em março de 1964, é considerado como “providencia divina”, favorecendo assim a ação dos militares.

No relatório feito pelo industrial Eldino Brancante para o general Mourão Filho quando este comandou a 2ª Região Militar em São Paulo, em 1963, mostra ligações de Mourão com religiosos católicos na articulação civil para o golpe. O relatório cita o frei Celso e a mobilização entre 13 e 19 de março de 1964 para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Há ainda relatos do surgimento, em 1963, da Liga Cristã Contra o Comunismo. (BRANCANTE, 1963).

Não podemos, ainda, esquecer, a contribuição substancial da igreja, com a campanha anticomunista do padre Patrick Peyton, sobretudo em Belo Horizonte, que ao lançar a Cruzada do Rosário em Família promoveu uma intensa mobilização dos católicos, visando atingir o governo constituído. (DHBB, 2001). As pregações do padre Peyton influenciaram na ação de senhoras da classe média, que de rosário nas mãos, conturbaram um comício de

Leonel Brizola em Belo Horizonte e o Comício da Central do Brasil promovido pelo governo Jango, no Rio de Janeiro. Multidões de pessoas saíam em manifestações chamadas Marcha da Família com Deus pela Liberdade que acabaram por conquistar as camadas médias da sociedade e engrossaram as manifestações de repúdio ao governo vigente. A maior concentração se deu em São Paulo, em 19 de março de 1964, reunindo cerca de 500 mil pessoas, numa demonstração de força do setor conservador da sociedade, composto aqui por católicos. (FAUSTO, 1995)

Por fim, num cenário onde se percebe que em cada dez brasileiros nove eram católicos ficamos a imaginar que a força da religião católica, como já comprovada por outros estudos acadêmicos, teve grande participação na preparação para o Golpe Civil-Militar de 1964, cabendo a esta pesquisa buscar como se deu essa conscientização e mobilização, bem como seus os motivos.

2. OBJETIVOS

2.1. Central

Analisar o período antecedente ao Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil e identificar como se deu a participação do “setor conservador da Igreja Católica brasileira” na conscientização preparação para o sucesso do movimento.

2.2. Específicos

a) Identificar os principais aspectos teológicos do setor conservador da Igreja Católica na construção da mentalidade de que se fazia necessária uma ruptura política naquele momento, baseando-se na fé em Jesus Cristo e nos dogmas da religião.

b) Compreender a importância da Igreja naquele momento histórico, levando em consideração sua posição de hegemonia religiosa, considerando a crescente busca por afirmação após a Constituição de 1891, quando se deu a separação em relação ao Estado.

c) Identificar os principais nomes e lideranças católicas e os locais de maiores concentração de ações que visavam mudança na estrutura sócio-política do Brasil naquele período.

3. JUSTIFICATIVAS

Quando de estudos sobre a Ditadura Militar, observou-se que a Igreja Católica se encontrava emaranhada naquele processo histórico, como, aliás, em qualquer outra sociedade latino-americana daquele momento, ou seja, para uma melhor compreensão da sociedade brasileira e de sua história é sempre necessário entender a participação da Igreja Católica.

Para Sérgio Buarque de Holanda (1963), o entendimento da história eclesiástica permitiria a melhor compreensão da própria História do Brasil.

O golpe e a ditadura consistem que objetos de inúmeras pesquisas que sob diversos aspectos buscam a compreensão do período 1964-85. Diversas explicações privilegiam as causas políticas e histórias ou estruturais. Em tais condições teriam acontecido o golpe e a conseqüente instauração da ditadura militar no Brasil. Mas, muitas vezes, questões religiosas, sobretudo advindas de uma religião monoteísta e influente como a Igreja Católica, deixam de ser consideradas.

Justifica-se estudar a influência da Igreja Católica neste período, levando em consideração ser a própria Igreja uma instituição de central importância em nossa formação histórica e de fortíssima influência política e cultural. (NETO, 1996).

4. HIPÓTESES

a) A hipótese principal do presente trabalho reside no fato de que a consciência cristã tenha sido grande motivadora e impulsora da reação e mobilização em torno de mudanças severas no contexto do Brasil nos anos de 1960. A historiografia demonstra que a elite foi a condutora do movimento, envolvendo os setores produtivos e militares. A Igreja, compreendendo-se como representante da consciência cristã da nação, ela buscou meios de ser reconhecida pelo Estado como sua porta voz. Entende que sua missão de anúncio da salvação, na consumação da história e do tempo, impõe-lhe a tarefa de lidar com a organização política da sociedade. Assim, a fé cristã que envolve sua teologia própria e seus dogmas, teria justificado ações no sentido de buscar mudanças sócio-políticas.

b) O anticomunismo que se via obrigado a fortalecer o seu aparato. (SANTOS, 1962). Neste quadro, fazia-se necessário a mobilização anticomunista em todos os setores, incluindo a Igreja, que apesar de ter uma ala próxima da esquerda, tem sua maioria conservadora com a mentalidade de que o comunismo estaria próximo de se instaurar no Brasil e se fazia necessário combatê-lo.

c) A reestruturação da Igreja ao longo do século XX teria trazido condições de influenciar o Estado. Mesmo que a religião não interfira mais diretamente na política, ela ainda exerceu influência capaz de auxiliar outros setores na formulação de saída política para o país, culminando no Golpe Civil-Militar.

5. METODOLOGIA

Será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica em livros de História do Brasil, teses e dissertações que tratam da participação do setor conservador católico nas formulações das ações em prol do sucesso do Golpe Civil-Militar no Brasil em 1964.

Recorreremos a documentos institucionais que possibilitem verificar de fato ações da Igreja neste sentido. Tais fontes podem ser frutos de reuniões, congressos e encontro com autoridades que sinalizem o posicionamento da Igreja nesta questão.

Devem ser consideradas para fins de embasamento teológico as orientações da Igreja, bem como sua própria teologia nos aspectos favoráveis à participação política, posicionamento anticomunista e manutenção de seu conservadorismo. Poderemos, ainda, nos apoiar na História e nas Ciências Políticas para compreender as teias do poder político naquela conjuntura.

A fim de possibilitar o cumprimento dos objetivos propostos para este trabalho, as atividades se desenvolverão conforme quadro abaixo.

PERÍODO	ETAPAS
2017	Escolha do tema, apresentação do projeto.
2018	Levantamento bibliográfico, coleta de dados, análise dos dados, organização do roteiro.
2019	Coleta de dados, análise dos dados e qualificação.
2020	Redação do trabalho.
2021	Redação do trabalho, revisão e defesa da tese.

6. BIBLIOGRAFIA

BERGER, Peter. O dossel sagrado – elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BRANCANTE, Eldino. Relatório do Estado-Maior Civil Revolucionário, in SILVA, Hélio. L&PM Editores, Porto Alegre, 1978.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Vozes. Petrópolis, 1981.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. Editora USP, São Paulo, 1995.

_____. História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). Bertrand, Rio de Janeiro, 2006.

GUEDES, Luís Carlos. Tinha que ser Minas. Nova Fronteira. Coleção Brasil século XX. Rio de Janeiro, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque. In: Prefácio do livro CARRATO, José Ferreira. As Minas Gerais e o primórdios do caraça. Cia das Letras. São Paulo, 1963.

LÖWY, Michael. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

MICELI, Sérgio. A elite eclesiástica brasileira. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho – O anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NETO, Vitale Joanoni. Estudos sobre a Comunidade Católica da Imaculada Conceição: uma experiência de organização popular em Bauru. FHDSS-UNESP. Franca, 1996.

PINTO, Daniel Cerqueira. General Olympio Mourão Filho: carreira político-militar e participação nos acontecimentos de 1964. Dissertação PPGH/UFJF, Juiz de Fora, 2015.

Revolução de 1964 – DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001, 2ª edição.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Quem dará o golpe no Brasil? Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1962.

SERBIN, Kenneth P. Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

AZEVEDO, Thales. O catolicismo no Brasil – um campo para a pesquisa social. Salvador: EDUFUBA, 2002. Primeira edição 1955.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Vol. 2. Ed. UnB / Imprensa Oficial. Brasília, 2004.